

Catálogo da Galeria dos
PRESIDENTES
do TRE-SP

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

CATÁLOGO DA GALERIA DOS
PRESIDENTES DO TRE-SP

junho / 2024

Presidente

Desembargador Silmar Fernandes

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador José Antonio Encinas Manfré

Diretor-Geral

Claudio Cristiano Abreu Corrêa

Coordenação - Fernanda Diniz

Redação - Desembargador Emeric Lévy/José D'Amico Bauab

Fotografia - José Antônio Teixeira/Cláudia Gonzales Galina/
Evandro Garcia Dall'Oca/Claudia Maria Zanandréa Baso

Projeto gráfico - Cláudia Gonzales Galina/Claudia M.Z. Baso

Colaboração - CEMEL - Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP

Diagramação - Secretaria de Comunicação Social do TRE-SP

Realização - Coordenadoria de Cerimonial do TRE-SP

Tiragem - 100 exemplares (Impressos na Gráfica do TRE-SP)

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Rua Francisca Miquelina, 123 - Bela Vista

CEP. 01316-900 - São Paulo

Fones: 3130-2000

E-mail: cerimonial@tre-sp.jus.br

expediente

apresentação

Apresentamos a oitava edição do “Catálogo da Galeria dos Presidentes do TRE/SP”, atualizado para a inauguração do retrato do desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, que presidiu a Corte Eleitoral paulista de 18 de dezembro de 2021 a 17 de dezembro de 2023.

O catálogo foi concebido a partir das sínteses biográficas que integram o livro “Justiça Eleitoral - uma retrospectiva”, publicado no segundo semestre de 2005, por ocasião das comemorações dos 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil.

Com essa inauguração, a galeria passa a contar com 48 quadros, retratando-se desde o primeiro presidente empossado em 1932, quando foi instalado o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

De 1955 até 2014, os quadros foram executados pelo pintor Biaggio Mazzeo. Biaggio também é o autor dos retratos dos desembargadores Affonso José de Carvalho (1932-1933), primeiro a exercer a Presidência do TRE-SP, e de Arthur César da Silva Whitaker (1935-1937), terceiro presidente da história do Tribunal. O retrato de Sylvio Portugal (1934-1935), segundo presidente da história do TRE, foi pintado por Túlio Mugnaini. Os retratos de Mário Guimarães (1945-1950) e de Alcides de Almeida Ferrari (1950-1954) são de autoria de Henrique Vio. Os de João Manuel Carneiro de Lacerda (1954) e José Rabello de Aguiar Vallim (1954-1955) foram pintados por E. Monteiro de Barros. O de Antônio Carlos Mathias Coltro foi pintado por Leandro Melo Santos. O retrato de Mário Devienne Ferraz foi pintado por Marcus Claudio de Caldas e os de Carlos Eduardo Cauduro Padin e Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, uma vez mais, por Biaggio Mazzeo. Em seu segundo trabalho para a Justiça Eleitoral paulista, Leandro Melo Santos assina a autoria do presente quadro para a Galeria dos Presidentes do TRE-SP.

A redação deste catálogo foi baseada no estudo sobre os presidentes do TRE-SP, elaborado pelo desembargador Emeric Lévy (1929-2004), coordenador do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo. Assim, o leitor poderá dispor de informações que foram redigidas conforme um padrão de apresentação, com dados básicos sobre nascimento, formação universitária e carreira profissional.

AFFONSO JOSÉ DE CARVALHO

1932 - 1933

Nascido em São Bento do Sapucaí, cidade da então província de São Paulo, a 4 de março de 1868, Affonso José de Carvalho bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889.

Atuou como promotor público na comarca de Atibaia entre 1890 e 1901, sendo, a seguir, nomeado para juiz de direito de sua terra natal, onde permaneceu de 1901 a 1910. Em setembro de 1910, designado para a comarca de Franca, lá permaneceu por cinco anos até sua remoção, por permuta, para Santo Antônio da Cachoeira, hoje Piracaia. Após curta permanência, em 1921, na 1ª Vara de Santos, foi removido, a pedido, para a 1ª Vara Cível e Comercial da capital, em janeiro de 1922. Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em 1927, nessa condição presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de 1932 (ano de sua instalação) a 1933. Foi eleito, em 1935, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, função que desempenhou até 31 de dezembro daquele ano, vindo a se aposentar em fevereiro de 1936.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do qual foi seu vice-presidente por mais de um período, deixou publicados inúmeros trabalhos, alguns de natureza literária e política.

Seu falecimento deu-se em 20 de setembro de 1952.





SYLVIO PORTUGAL

1934 - 1935

Nascido a 8 de outubro de 1890 na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, exercia a profissão de advogado com grande destaque quando, em dezembro de 1930, se viu nomeado ministro do Tribunal de Justiça (naquela época a Carta Magna ainda não previa o chamado “quinto constitucional”).

Na qualidade de ministro do Poder Judiciário de São Paulo, (hoje desembargador) exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral entre 1934 e 1935. Afastou-se da magistratura em abril de 1935 para assumir o posto de secretário da Justiça na interventoria de Armando de Salles Oliveira e, no exercício dessa função, prestou significativa colaboração para que a Corte Eleitoral obtivesse sua primeira sede permanente, no edifício que abrigara o Ginásio do Estado. Em setembro de 1936, o então Tribunal de Apelação do Estado prestou-lhe significativa homenagem, com a colocação de seu retrato no salão nobre do Palácio da Justiça.

Foi um dos fundadores, em 1943, do Banco da América S/A, dele se tornando seu diretor-presidente. Também pertenceu ao quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Veio a falecer no dia 18 de junho de 1945.

ARTHUR CÉSAR DA SILVA WHITAKER

1935 - 1937

Nascido na cidade de São Paulo a 8 de outubro de 1872, Arthur César da Silva Whitaker formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, turma de 1893, e, já no ano seguinte, foi empossado como promotor público da comarca de Itapira, deslocando-se, em 1897, para a comarca de Amparo, onde exerceu as mesmas funções.

Em 1905, nomeado juiz de direito de Cajuru, ali permaneceu até 1911, sendo, no exercício da magistratura, removido sucessivamente, para as comarcas de Mogi Mirim e de Campinas.

Em 1923, obteve promoção para a 2ª Vara de Santos, nela se mantendo até 28 de agosto de 1925, quando foi, então, removido para a Vara Privativa de Menores da comarca da capital.

Em janeiro de 1931, foi alçado, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça, do qual se tornou seu vice-presidente por dois biênios consecutivos.

Em abril de 1935, assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e, durante sua gestão, ocorreu a primeira mudança de sede da citada Corte, do Palácio da Justiça para o edifício situado na rua Frederico Alvarenga nº 1, anteriormente ocupado pelo Ginásio do Estado. Essa sede esteve em pleno funcionamento do mês de setembro de 1936 a 5 de novembro de 1937, data em que a Justiça Eleitoral foi completamente dissolvida em virtude da implantação do Estado Novo.

A aposentadoria compulsória veio a alcançá-lo em 18 de outubro de 1940, após haver exercido a presidência do Tribunal de Justiça.

Faleceu no dia 30 de agosto de 1950.





MÁRIO GUIMARÃES

1945 - 1950

Mário Guimarães nasceu na cidade de São Paulo a 20 de março de 1889. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau na turma de 1909.

Promotor de justiça interino nas comarcas de Sarapuí, Apiaí, Tatuí, Araraquara e Espírito Santo do Pinhal, entre outras, foi depois nomeado juiz substituto de Jambeiro. Como juiz titular, atuou, pela ordem, em Itatiba, São José do Rio Preto e na 1ª Vara Cível da capital, afastando-se, em 1933, da magistratura, por curto período, para exercer a chefia de polícia na gestão do interventor federal Armando de Salles Oliveira. Retornando à toga já no ano seguinte, foi nomeado então ministro do Tribunal de Justiça, do qual foi seu vice-presidente e, depois, presidente no biênio 1944-1945, reeleito para o biênio seguinte.

Com a reorganização da Justiça Eleitoral em 1945, Mário Guimarães, sem deixar a chefia do Poder Judiciário Estadual, assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, tendo-a também exercido por dois biênios sucessivos. O segundo biênio de sua gestão é marcado pela mudança de sede da Corte Eleitoral, que estava uma vez mais instalada provisoriamente no Palácio da Justiça, para a rua Sete de Abril, em julho de 1947. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga do paulista Laudo Ferreira de Camargo, em 1951, lá permaneceu até sua aposentadoria, em 1956.

Faleceu em 1976, deixando publicadas várias obras jurídicas, entre as quais “Estudos de Direito Civil” (1946) e o clássico “O Juiz e a Função Jurisdicional” (1958).

ALCIDES DE ALMEIDA FERRARI

1950 - 1954

Natural da cidade paulista de Botucatu, onde nasceu a 11 de fevereiro de 1888, Alcides de Almeida Ferrari formou-se na velha Academia do Largo de São Francisco (Faculdade de Direito de São Paulo) em 1909.

Participando do histórico primeiro concurso público de ingresso à magistratura paulista, em fevereiro de 1922, nele obteve aprovação, em 13º lugar, iniciando sua carreira como juiz substituto em Itapeva da Faxina.

Foi juiz titular nas comarcas de Itaporanga (1923), Capivari (1926) e Itapetininga (1928), sendo promovido, em 1930, para a 2ª Vara Cível de São Paulo. Foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, cuja presidência exerceu no biênio 1949-1951.

Ainda na judicatura de 1ª instância, atuou como juiz titular da 1ª Zona Eleitoral, no período compreendido entre 12 de dezembro de 1932 e 20 de agosto de 1934. Já na condição de desembargador, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de 9 de agosto de 1950 a 6 de agosto de 1954, a segunda gestão mais longa como chefe da apontada Corte, só inferior à de seu antecessor, Mário Guimarães. E, sob os seus auspícios, verificou-se mais uma mudança de sede da Justiça Eleitoral de 2ª instância, para a rua do Seminário nº 61, em maio de 1952.

Aposentado em janeiro de 1955, veio a falecer no dia 27 de outubro de 1969.





JOÃO MANUEL CARNEIRO DE LACERDA

1954

Pernambucano nascido a 9 de janeiro de 1897, João Manuel Carneiro de Lacerda iniciou o curso jurídico na Faculdade de Recife, mas viria a concluí-lo na Academia do Largo de São Francisco, onde colou grau em 1919.

Já em 1920, nomeado interinamente delegado de polícia de Itápolis, no interior paulista, logo depois deixou de exercer tal função para dedicar-se, ainda naquela cidade, à advocacia, bem como à atividade política como vereador e prefeito municipal.

Em 1928, ingressou, mediante concurso, na magistratura estadual, sendo, de início, nomeado juiz substituto de Piracicaba, passando, ato contínuo, pelas comarcas de Monte Aprazível, Cajuru e Araraquara. Em 1938, assumiu a 4ª Vara Cível da capital, acumulando, no ano seguinte, a função de juiz dos Feitos da Fazenda Nacional.

Com a reinstalação do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em junho de 1945, integrou seu órgão colegiado até março de 1947, quando foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça. Retornou à Corte Eleitoral para presidi-la, por curto período, em 1954, aposentando-se a 17 de novembro daquele ano.

Teve inúmeros trabalhos jurídicos publicados, com destaque para “Comentários ao Código de Processo Civil Brasileiro” (editora Saraiva, 1941).

Seu falecimento ocorreu em 2 de outubro de 1967.

JOSÉ RABELLO DE AGUIAR VALLIM

1954 - 1955

Natural de Bananal, no interior do estado de São Paulo, onde nasceu a 2 de julho de 1886, José Rabello de Aguiar Vallim bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco na turma de 1918.

Em 1924, foi nomeado juiz substituto com exercício inicial na comarca de Bauru, sendo removido, no ano seguinte, para a capital, onde chegou a atuar como juiz preparador da 5ª Vara de São Paulo, em 1927.

Pouco depois, assumiu a comarca de Igarapava e, em 1930, foi promovido para a comarca de Orlândia, na qual permaneceu por breve lapso temporal, porquanto, agraciado com mais uma promoção, já se encontrava, em 1931, no exercício da judicatura na comarca de Sorocaba.

Promovido, em 1935, para a 8ª Vara Cível da Capital, foi, em 1945, guindado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Veio a presidir o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no interregno de 7 de novembro de 1954 a 8 de março de 1955.

Faleceu no dia 25 de outubro de 1955.





JUSTINO MARIA PINHEIRO

1955 - 1958

Paulista de Itu, nascido a 8 de outubro de 1898, Justino Maria Pinheiro bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco na turma de 1919. Ingresso na magistratura estadual, exerceu as funções de juiz substituto primeiro em Campinas e logo a seguir em Pirassununga. Na condição de juiz titular, passou pelas comarcas de Piratininga (1931), São Simão (1933) e São Carlos (1935), vindo para a capital em 1939 a fim de assumir a 2ª Vara de Órfãos, da qual saiu em 1945 para tornar-se titular da 12ª Vara Cível.

Promovido, em 1947, para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, nessa condição exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo entre 1955 e 1958.

Na eleição presidencial de 1955 que presidiu no estado, o desembargador Justino Pinheiro deparou-se com um trágico fato praticamente às portas do dia do pleito: a morte de Ibsen da Costa Manso, diretor-geral da Secretaria do Tribunal, em acidente de aviação ocorrido em deslocamento para cumprimento de suas atribuições funcionais, em 24 de setembro de 1955. A despeito do abalo psicológico causado a membros e servidores do Tribunal decorrente do inesperado acontecimento, aquela eleição pôde ser levada a bom termo e, não se esquecendo dos préstimos de seu antigo colaborador, o desembargador Justino, seis meses depois do sinistro, capitaneou homenagem para conceder-lhe postumamente o título de “Secretário-Perpétuo do TRE”.

Aposentado em 1959, veio a falecer no dia 3 de março de 1985.

OSWALDO PINTO DO AMARAL

1958 - 1961

Mineiro de Cambuquira, onde nasceu a 22 de janeiro de 1898, Oswaldo Pinto do Amaral formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1923.

Ingressou na magistratura estadual em 1928 como juiz de direito de primeira instância na comarca de Santo Anastácio. Promovido, em 1930, para Penápolis, comarca de segunda instância, dela saiu, mediante nova promoção no ano seguinte, a fim de exercer sua função judicante na comarca de Barretos. Em meados de 1935, veio para a capital, onde assumiu a 1ª Vara Cível.

Seu primeiro contato com a Justiça Eleitoral deu-se quando ainda se encontrava na primeira instância, presidindo, na condição de juiz da 1ª Zona Eleitoral, a eleição de 15 de março de 1936, para a Câmara Municipal de São Paulo, pleito esse marcado por uma singularidade histórica, porquanto foi o único que se verificou, para preenchimento das cadeiras de vereador da capital, ao longo de quase vinte anos: antes dele, outro igual havia ocorrido na segunda metade da década de 1920, do qual emergiram mandatos depois extintos com o advento da Revolução de 1930; e os eleitos naquele ano de 1936 também tiveram seus mandatos abruptamente interrompidos em virtude do golpe ditatorial de 10 de novembro de 1937 (nova eleição para o parlamento municipal de São Paulo só viria a ocorrer em 1947).

Elevado, em 1944, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, foi eleito corregedor-geral de Justiça para o biênio 1956-1957. De 14 de setembro de 1958 a 13 de fevereiro de 1961, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Aposentado em 1965, faleceu no dia 11 de janeiro de 1990.





OCTAVIO GUILHERME LACORTE

1961

Natural de Bragança Paulista, estado de São Paulo, onde nasceu a 1º de abril de 1902, lá Octavio Guilherme Lacorte iniciou seus estudos, dando-lhes continuidade na capital, como aluno do Ginásio Osvaldo Cruz, já como preparação para ingresso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Bacharelando-se em 1925, foi pouco depois nomeado promotor público no município de Xiririca, atualmente Eldorado Paulista, dali se removendo para a comarca de São José dos Campos, onde permaneceu até 1929.

A despeito de já contar com alguns anos de carreira no Ministério Público estadual, optou por ingressar, mediante concurso público, na magistratura, sendo nomeado juiz substituto em São José do Rio Pardo, seguindo-se nomeações como juiz titular em Santo Anastácio, Olímpia, Orlândia e, em 1935, para a própria cidade natal.

Outras duas promoções (para São José do Rio Preto, em 1940, e para Santos, em 1941) ainda se deram antes de sua vinda para a capital, em 1944, a fim de assumir a titularidade da 4ª Vara da Família e Sucessões.

Integrou o pioneiro quadro de juízes do antigo Tribunal de Alçada, criado em 1951, do qual foi vice-presidente até novembro de 1954, ocasião em que foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo de 15 de fevereiro a 13 de agosto de 1961.

Veio a falecer no dia 4 de fevereiro de 1991.

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO

1961 - 1963

Nascido na cidade de Areias, estado de São Paulo, a 26 de outubro de 1908, Raphael de Barros Monteiro era filho do juiz Phidias de Barros Monteiro, de cujo exemplo deve ter buscado inspiração para ingressar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau como bacharel pertencente à turma de 1930.

Em 1935, prestou concurso para ingresso na magistratura, e, uma vez obtida aprovação, deu início à carreira judicante por Penápolis, seguindo-se Santo Anastácio, em 1938, e Olímpia, em 1940.

A partir de 1947, exerceu a função de juiz substituto de desembargador, para, em novembro de 1949, ser efetivamente promovido a desembargador do Tribunal de Justiça.

Paralelamente ao exercício da carreira jurisdicional, veio a ocupar a cadeira de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período compreendido entre 1956 e 1967.

Passou a compor, em 1958, o plenário do Tribunal Regional Eleitoral, tornando-se seu presidente no biênio 1961-1963.

Do Tribunal de Justiça foi eleito segundo vice-presidente para o biênio 1961-1963. Ocupou ainda a primeira vice-presidência da mencionada Corte no biênio 1966-1967.

Em julho de 1967, foi guindado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Faleceu no dia 11 de maio de 1974.





FERNANDO EULER BUENO

1963 - 1965

Natural da cidade de Amparo, interior paulista, onde nasceu a 29 de abril de 1915, Fernando Euler Bueno formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, integrando a turma de 1937.

Em 1951, viu-se nomeado, por decreto presidencial, como juiz suplente, na classe de jurista, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de cujo plenário se tornou efetivo para o período de 1953 a 1955, logrando recondução para mais um biênio por força de decreto datado de 26 de janeiro de 1955.

Em 1956, nomeado desembargador, na categoria de advogado, do Tribunal de Justiça, nessa condição retornou ao Tribunal Regional Eleitoral, de início como juiz suplente, em janeiro de 1961, para, a partir do início do mês seguinte, passar a atuar como juiz efetivo e dele tornar-se seu vice-presidente até 1963 e, depois, presidente, cargo do qual saiu em 14 de junho de 1965.

Outrossim, ocupou a segunda vice-presidência do Tribunal de Justiça em várias ocasiões, vindo por derradeiro a ocupar a primeira vice-presidência no período de 7 a 15 de maio de 1979, aposentando-se logo a seguir.

Foi homenageado com a outorga da condecoração “Cavaleiro de São Paulo”, em cerimônia pública ocorrida em 1980 no Pátio do Colégio.

Faleceu no dia 06/09/2014.

CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA

1965

Nascido em Tietê, interior de São Paulo, a 10 de junho de 1907, Cantidiano Garcia de Almeida cursou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau na turma de 1931.

Militou como advogado em sua cidade natal até fins de 1934, quando prestou o concurso de ingresso na magistratura e obteve aprovação.

Já em janeiro de 1935 passou a atuar como juiz substituto, posteriormente assumindo a titularidade das comarcas de Silveiras (1937), Porto Feliz (1938), Pompeia (1939) e Franca (1940). Em dezembro de 1944, recebeu promoção para a comarca da capital, julgando, sucessivamente, na 7ª Vara Criminal (1945) e na Vara da Fazenda Nacional (1946).

Em 1953, foi promovido para o antigo Tribunal de Alçada, exercendo sua vice-presidência por um breve período para, em seguida, presidi-lo entre 1954 e 1955.

Alçado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, ocupou, em 1959, a função de corregedor-geral. Posteriormente, foi eleito primeiro vice-presidente (biênio 1968/1969) e presidente daquela Corte (biênio 1970/1971), e, nessa condição, substituiu o governador Abreu Sodré no exercício da chefia do Poder Executivo estadual durante curto lapso temporal, a partir de 21 de setembro de 1970.

Do Tribunal Regional Eleitoral foi, pela ordem, juiz suplente (1958/1963), vice-presidente (1963/1965) e presidente (1965).

Aposentado em 1976, veio a falecer no dia 6 de agosto de 1997.





ACÁCIO REBOUÇAS

1965 - 1967

Natural de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, onde nasceu a 10 de julho de 1909, Acácio Rebouças bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco na turma de 1931. Já no ano seguinte, iniciou sua carreira pública como delegado de polícia e encontrava-se no exercício dessa função na cidade de Leme quando, aprovado em concurso, ingressou na magistratura em fevereiro de 1935.

Como juiz, percorreu as comarcas de Ubatuba (1938), Campinas (1940), Olímpia (1941) e São José do Rio Preto (1946). Retornou a Campinas em 1950 para ocupar a 3ª Vara Criminal e, em 1951, foi removido para a 1ª Vara Cível daquela comarca.

Promovido, em 1956, para o antigo Tribunal de Alçada, quatro anos depois vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça, desempenhando posteriormente as funções de corregedor-geral (1976/1977) e de presidente (1978/1979) da citada Corte.

Do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo foi juiz suplente (1961) e efetivo (1963), assumindo sua vice-presidência em junho de 1965 e, seis meses depois, a presidência, função essa que exerceu até 2 de agosto de 1967.

Em 1975, recebeu o título de professor honorário da Faculdade de Direito “Laudo de Camargo”, instituição localizada em sua cidade natal.

Aposentado em 1979, faleceu no dia 13 de outubro de 2003.

TÁCITO MORBACH DE GÓES NOBRE

1967 - 1969

Nascido na capital do estado de São Paulo a 6 de maio de 1906, Tácito Morbach de Góes Nobre formou-se em Direito pela Academia do Largo de São Francisco na turma de 1931.

Ingressou na magistratura paulista, mediante concurso, em 1936. Em 1940, após judicar no interior paulista, veio para a capital a fim de exercer o cargo de juiz adjunto da Vara da Fazenda Municipal, da qual se tornou auxiliar em 1944. Assumiu, em 1949, a titularidade da 8ª Vara Cível de São Paulo e, em 1955, alcançou promoção para o antigo Tribunal de Alçada, cuja vice-presidência exerceu por quatro meses, em 1960, até ser elevado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

No biênio 1972/1973, ocupou a presidência do Tribunal de Justiça, depois de ter desempenhado as funções de primeiro e segundo vice-presidente daquela Corte.

Atuou no Tribunal Regional Eleitoral como juiz suplente entre 1961 e 1965, e ainda foi seu corregedor e vice-presidente até 1967, quando assumiu, por derradeiro, a presidência, exercendo-a até 1969.

Atuou no magistério como professor da Escola de Comércio de São Paulo e também integrou a comissão que elaborou o primeiro Código Estadual de Trânsito.

Aposentou-se em 4 de maio de 1976 e faleceu em dezembro de 1997.





JOAQUIM DE SYLOS CINTRA

1969 - 1970

Nascido em Santa Cruz das Palmeiras, estado de São Paulo, a 11 de agosto de 1900, Joaquim de Sylos Cintra integrou, muito jovem, o corpo docente do Liceu Franco-Brasileiro, na capital, matriculando-se, em seguida, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde recebeu o grau de bacharel na turma de 1928.

Aprovado em concurso de ingresso na magistratura paulista como juiz substituto em 1933, passou pelas comarcas de Ubatuba (1934), Monte Aprazível (1936) e São Manuel (1940). Em 1944, foi promovido para a capital e, no ano seguinte, já presidia o Tribunal do Júri.

Em 1949, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça e escolhido como seu primeiro vice-presidente para o biênio 1960-1961. Eleito, para o biênio subsequente, presidente daquele Tribunal, foi nessa condição que, de 7 de agosto a 4 de outubro de 1962, substituiu o professor Carvalho Pinto na chefia do Poder Executivo estadual, ante o impedimento do vice-governador e do presidente da Assembleia Legislativa.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral pelo período de um ano, sua gestão, iniciada em 14 de agosto de 1969, ficou notabilizada pela inauguração, em 6 de junho de 1970, da última e, até agora, mais longa sede da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, situada na rua Francisca Miquelina n. 123, composta de dois grandes edifícios (um deles voltado para a avenida Brigadeiro Luís Antônio) e um menor, conjugado àqueles dois, denominado “anexo”.

Exerceu o magistério superior e deixou a obra *Comentários ao Código de Processo Penal*, editada por Max Limonad.

Aposentou-se ao completar 70 anos de idade e veio a falecer no dia 10 de julho de 1980.

PEDRO BARBOSA PEREIRA

1970 - 1972

Nascido na cidade paulista de Taubaté a 6 de janeiro de 1908, Pedro Barbosa Pereira formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1931 e, em seguida, passou a advogar em sua cidade natal e na comarca de São José dos Campos, no período compreendido entre 1931 e 1935.

Em 1935, ingressou na magistratura por concurso, iniciando sua carreira como juiz substituto em Penápolis, para depois passar pelas comarcas de Novo Horizonte (1937), Presidente Venceslau (1940), São João da Boa Vista (1941), São José dos Campos e, finalmente, Itapetininga (1945).

Promovido para a capital em 1948, julgou na 9ª Vara Criminal e na 3ª Vara da Família e Sucessões, antes de ser promovido, em 1955, para o antigo Tribunal de Alçada.

Dez anos depois foi guindado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça e nessa condição se tornou juiz suplente e, ato contínuo, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, cuja presidência veio a exercer no biênio 1970/1972. Sua familiaridade com os assuntos da Justiça Eleitoral já havia sido aprofundada antes, porquanto atuara, no período de 1952 a 1958, como juiz eleitoral da capital.

Membro fundador da Associação Paulista dos Magistrados (1953), ainda foi docente nas disciplinas de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Taubaté, entre 1959 e 1967, e de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Publicou, em 1966, o livro *Direito Comercial* (editora Max Limonad) e o curso dessa matéria pela editora Revista dos Tribunais, em 1969. Faleceu em 24 de maio de 2006.





ADRIANO MARREY

1972 - 1974

Paulista nascido na capital a 28 de fevereiro de 1911, Adriano Marrey foi aluno dos Ginásios Anglo-Brasileiro e Osvaldo Cruz, bacharelando-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na turma de 1932.

Exerceu a advocacia por muitos anos, tornando-se conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, pela primeira vez, em 1941, com sucessivas reeleições. Foi professor contratado para lecionar Direito Penal na Pontifícia Universidade Católica, em 1955.

Em 1951, foi nomeado para o cargo de juiz (destinado, pelo critério do “quinto constitucional”, à classe “advogado”) do antigo Tribunal de Alçada, do qual foi presidente no biênio 1958/1959.

Em março de 1962, vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça, cujas segunda e primeira vice-presidências, nessa ordem, veio a ocupar, além de exercer a função de corregedor-geral no biênio 1980/1981.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, foi inicialmente juiz substituto em 1969, efetivando-se no ano seguinte e vindo a exercer a vice-presidência até 1972, quando, então, foi eleito para a função de presidente, que exerceu até 10 de agosto de 1974.

Autor de inúmeros trabalhos jurídicos publicados, com destaque para a obra *Júri – teoria e prática*, redigida em colaboração com outros magistrados, participou ainda como examinador de concursos de ingresso na carreira da magistratura em 1963, 1975 e 1979.

Aposentado em fevereiro de 1981, faleceu no dia 30 de junho de 1996.

FRANCISCO THOMAZ DE CARVALHO FILHO

1974 - 1976

Nascido a 9 de fevereiro de 1914 no município de Casa Branca, estado de São Paulo, Francisco Thomaz de Carvalho Filho recebeu o grau de bacharel da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na turma de 1936, ano em que ingressou como escriturário da Secretaria do então Tribunal de Apelação. Nesse cargo permaneceu até 1939, quando, então, foi nomeado promotor substituto da comarca de Assis e, em 1941, de São Bento do Sapucaí.

Ingressou na magistratura paulista como juiz substituto, e logo depois, como titular, percorreu as comarcas de São Sebastião (1941), Olímpia, Espírito Santo do Pinhal (1946) e Botucatu (1951). Finalmente em São Paulo, em 1954, atuou na 19ª Vara Criminal e, em 1956, na 4ª Vara da Família e Sucessões.

Promovido, em 1963, para o antigo Tribunal de Alçada, lá se manteve até 1969, quando se tornou desembargador do Tribunal de Justiça, ocupando, nessa Corte, sucessivamente, a segunda vice-presidência (1979), a primeira vice-presidência (1980/1981) e, por fim, a presidência (1982/1983).

Integrou bancas examinadoras de concursos de ingresso na carreira de juiz estadual, em 1976 e 1979.

Foi para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em 1970, como juiz suplente, efetivando-se a partir de 23 de agosto de 1972, e vindo a ocupar sua presidência no biênio 1974/1976.

É de sua autoria a obra *Direito das Obrigações*, editada pela Max Limonad, em 1957.

Aposentado da toga em 1984, veio a falecer no dia 14 de junho de 2002.





MOACYR CÉSAR DE ALMEIDA BICUDO

1976

Paulista da cidade de Campinas, onde nasceu a 18 de agosto de 1906, Moacyr César de Almeida Bicudo formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na turma de 1932.

Em 1938, aprovado em concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Estadual, iniciou sua trajetória funcional como promotor substituto da circunscrição de Campinas, passando, em seguida, pelas comarcas de Andradina, Pederneiras e Atibaia, até alcançar, em comissão, a Curadoria de Menores da capital (1945), dela se removendo para a 2ª Promotoria Pública de São Paulo.

Entre 1949 e 1951, atuou como promotor de justiça na comarca de Marília, retornando à capital, em 1951, como primeiro curador de órfãos até sua nomeação para o cargo de procurador de justiça, em 1956.

Pelo critério do “quinto constitucional” na classe reservada ao Ministério Público, foi nomeado juiz do antigo Tribunal de Alçada em 1961 e, no ano seguinte, já ocupava o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

Foi vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de setembro a novembro de 1974, acabando por presidi-lo a partir de 21 de maio de 1976 até 11 de agosto de 1976.

Integrou, em 1958, a comissão encarregada de elaborar o projeto de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Foi ainda presidente da Associação Paulista dos Magistrados no biênio 1974/1975.

Aposentou-se em 16 de agosto de 1976, tendo falecido em 17 de abril de 1993.

DURVAL PACHECO DE MATTOS

1976 - 1979

Nascido no município de Gramma, estado de São Paulo, a 10 de agosto de 1910, Durval Pacheco de Mattos bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1936.

Já no ano seguinte passou a integrar o quadro de membros do Ministério Público Estadual, exercendo a promotoria de justiça nas comarcas de Apiaí, Dois Córregos, São Pedro e Ubatuba até 1940, quando, então, resolveu prestar concurso público para ingresso na magistratura paulista, logrando aprovação.

Ainda em 1940, começou a atuar como juiz substituto, sendo inicialmente nomeado para atuar na Seção Judiciária com sede em São José dos Campos, percorrendo, ato contínuo, as comarcas de São Sebastião (1940), Ibatinga (1941), Pirassununga (1945) e Taubaté (1947).

Em novembro de 1951, assumiu a 1ª Vara da Família e Sucessões da capital e, em 1960, foi elevado ao cargo de juiz do antigo Tribunal de Alçada, onde permaneceu até 1966, ocasião em que vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça.

Na virada de agosto para setembro de 1974, desempenhou, por poucos dias, a função de juiz suplente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, só retornando a ele, na condição de juiz efetivo, em março de 1976, vindo a ocupar-lhe a vice-presidência e a corregedoria e, por derradeiro, a presidência, que exerceu no biênio 1978/1979.

Foi aposentado em maio de 1979. Seu falecimento ocorreu em 26 de junho de 1992.





HERÁCLIDES BATALHA DE CAMARGO

1979 - 1981

Nascido na cidade paulista de Mogi das Cruzes no dia 29 de maio de 1914, Heráclides Batalha de Camargo obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na turma de 1938, tendo estagiado nos dois últimos anos do curso acadêmico no Ministério Público Estadual.

Atuou como advogado até 1941, quando prestou concurso para ingresso na magistratura e, uma vez aprovado, no mesmo ano começou pela comarca de Marília seu trajeto funcional, removendo-se, ainda na condição de juiz substituto, para a comarca de Mogi Mirim, em 1942.

Já como juiz titular, passou pelas comarcas de Santa Cruz das Palmeiras e Pirassununga, obtendo, depois, promoção para o cargo de juiz substituto da capital em fevereiro de 1954; foi designado, no ano seguinte, para a 2ª Vara Cível da capital.

Juiz do hoje extinto Tribunal de Alçada Civil em 1965, alcançou o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em junho de 1973, chegando a ocupar a vice-presidência e a corregedoria-geral dessa Corte no biênio 1984/1985. Presidiu ainda a comissão de concurso para ingresso na carreira da magistratura em 1983.

Foi para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em 1976, de início como juiz substituto, efetivando-se em 1978. Após exercer a vice-presidência e a corregedoria, a partir de 31 de janeiro de 1979, da mencionada Corte Regional, foi ainda seu presidente a partir do mês de junho daquele ano.

Aposentado em maio de 1984, veio a falecer em 31 de agosto de 1990.

JOSÉ EDUARDO COELHO DE PAULA

1981

Nascido na capital do estado de São Paulo a 21 de julho de 1913, José Eduardo Coelho de Paula formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1935.

Obtida aprovação no concurso para ingresso na magistratura paulista, iniciou sua trajetória, como juiz substituto, pela 11ª Seção Judiciária com sede no município de Orlândia, no ano de 1941. Transitou ainda pelas comarcas de Cananeia, em 1941, Cafelândia, em 1944, e Catanduva, em 1947.

Designado, em 1953, para a 1ª Vara de Ribeirão Preto, no ano seguinte logrou receber promoção para a comarca de São Paulo, a fim de exercer suas funções jurisdicionais na 9ª Vara Criminal, atuando depois na 2ª Vara da Fazenda Nacional, bem como na 22ª Vara Criminal.

Em 1964, foi promovido para o antigo Tribunal de Alçada, de lá saindo, no dia 7 de dezembro de 1972, para continuar sua carreira na magistratura de 2ª instância no hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Em dezembro de 1973, foi guindado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo assumiu, a partir de 1979, as funções de juiz efetivo, acabando por exercer a sua presidência no biênio 1981/1982.

Aposentou-se em fevereiro de 1982. Seu falecimento verificou-se no dia 1º de agosto de 1985.





AUGUSTO DE MACEDO COSTA JÚNIOR

1981 - 1983

Nascido na capital do estado de São Paulo a 20 de fevereiro de 1919, Augusto de Macedo Costa Júnior bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1940.

Após muitos anos de militância causídica, chegando até a integrar a comissão disciplinar do Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo, viu-se nomeado, pelo critério do “quinto constitucional”, ao cargo de juiz, reservado àquela classe, do antigo Tribunal de Alçada, em setembro de 1963. Desempenhou, no biênio 1972/1973, a vice-presidência daquela Corte, vindo a tornar-se seu presidente no biênio seguinte.

Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em novembro de 1978, passou a exercer, em 1981, as funções de juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, ocupando sua vice-presidência e corregedoria antes de tornar-se seu presidente, a partir de 15 de dezembro de 1981.

Exerceu o magistério na Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, e fez parte das congregações das Faculdades de Direito de São Bernardo e de Sorocaba e, na capital, das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Publicou, em 1971, a obra *A notícia do crime de ação pública*.

Falecido no dia 13 de março de 1985, foi-lhe prestada homenagem em dezembro de 1988, com a designação de seu nome à sala das sessões plenárias do hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil e o descerramento de seu busto naquele ambiente.

ÁLVARO MARTINIANO DE AZEVEDO

1983

Nascido a 25 de outubro de 1922 na cidade de São Simão, interior do estado de São Paulo, Álvaro Martiniano de Azevedo bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, na turma de 1946.

Logrando aprovação no concurso para ingresso na magistratura paulista e, em maio de 1950, nomeado juiz substituto, começou a exercer suas funções na 1ª Seção Judiciária do Estado, com sede no município de Santos, percorrendo, ato contínuo, as comarcas de Tupã (1952) e Olímpia (1954).

Em 1955, veio para a capital na posição de juiz de direito de terceira instância, assumindo, em maio de 1959, a titularidade da 9ª Vara Cível de São Paulo.

Elevado ao cargo de juiz do antigo Tribunal de Alçada em maio de 1967, acabou por vestir, onze anos depois, a toga do Tribunal de Justiça, cuja vice-presidência exerceu no biênio 1988/1989.

Integrou a comissão do 145º concurso para ingresso na magistratura estadual, e presidiu, a partir de dezembro de 1987, a comissão constituída para promover o 154º certame.

Foi, entre 1964 e 1967, juiz substituto e titular do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a ele retornando em 1983, para ocupar, sucessivamente, a vice-presidência e a presidência.

No exercício da docência, lecionou Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, entre 1958 e 1961.

Aposentou-se em janeiro de 1990. Seu falecimento ocorreu em 19 de novembro de 2009.





VALENTIM ALVES DA SILVA

1983 - 1984

Natural de Guaratinguetá, interior de São Paulo, onde nasceu a 14 de junho de 1914, Valentim Alves da Silva mal completara dezoito anos de idade quando se alistou, com a eclosão do Movimento Constitucionalista de 9 de julho de 1932, no batalhão universitário “Fernando Sales”, para combater, na condição de soldado, no setor sul do Estado.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1940, exerceu a advocacia nos municípios de Tanabi (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso), entre 1941 e 1946. Em Tanabi, fundou e dirigiu o jornal O Município, bem como o Ginásio “Fernando Costa”, onde lecionou Português. Igualmente em Três Lagoas, tornou-se proprietário e diretor do jornal Gazeta do Comércio e do Ginásio “Três de Julho”. Foi ainda professor de Sociologia Educacional na Escola Normal de Jundiaí.

Antes de ingressar na magistratura paulista, foi nomeado prefeito de Tanabi, cargo que exerceu de 28 de agosto de 1945 a 21 de dezembro de 1946. Em janeiro de 1947, já como juiz substituto, passou pelas comarcas de Ituverava, a primeira delas, Pitangueiras (1948), Jundiaí (1951), Marília e São Paulo, retornando para Jundiaí em junho de 1954.

Um ano depois foi promovido para a 2ª Vara Criminal da capital e removido, em 1956, para a Vara das Execuções Criminais. Em 1967, outra promoção levou-o para o hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal e, em maio de 1979, alcançou o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

Tendo sido vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo a partir de fevereiro de 1983, veio a assumir sua presidência em dezembro daquele ano.

No magistério superior, lecionou Direito Civil na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e na Faculdade de Direito “Padre Anchieta” de Jundiaí, além de Criminologia e Direito Administrativo na Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Entre vários trabalhos jurídicos publicados, destaca-se o Repertório de Jurisprudência do Código Penal (Max Limonad, 1955).

Aposentado em junho de 1984, faleceu no dia 26 de julho de 1995.

JOSÉ GONÇALVES SANTANA

1984 - 1987

Nascido na cidade de Natividade da Serra, interior paulista, a 23 de março de 1917, José Gonçalves Santana obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1944. Durante a vida acadêmica, exerceu a função de extranumerário mensalista da Secretaria da Agricultura do Estado.

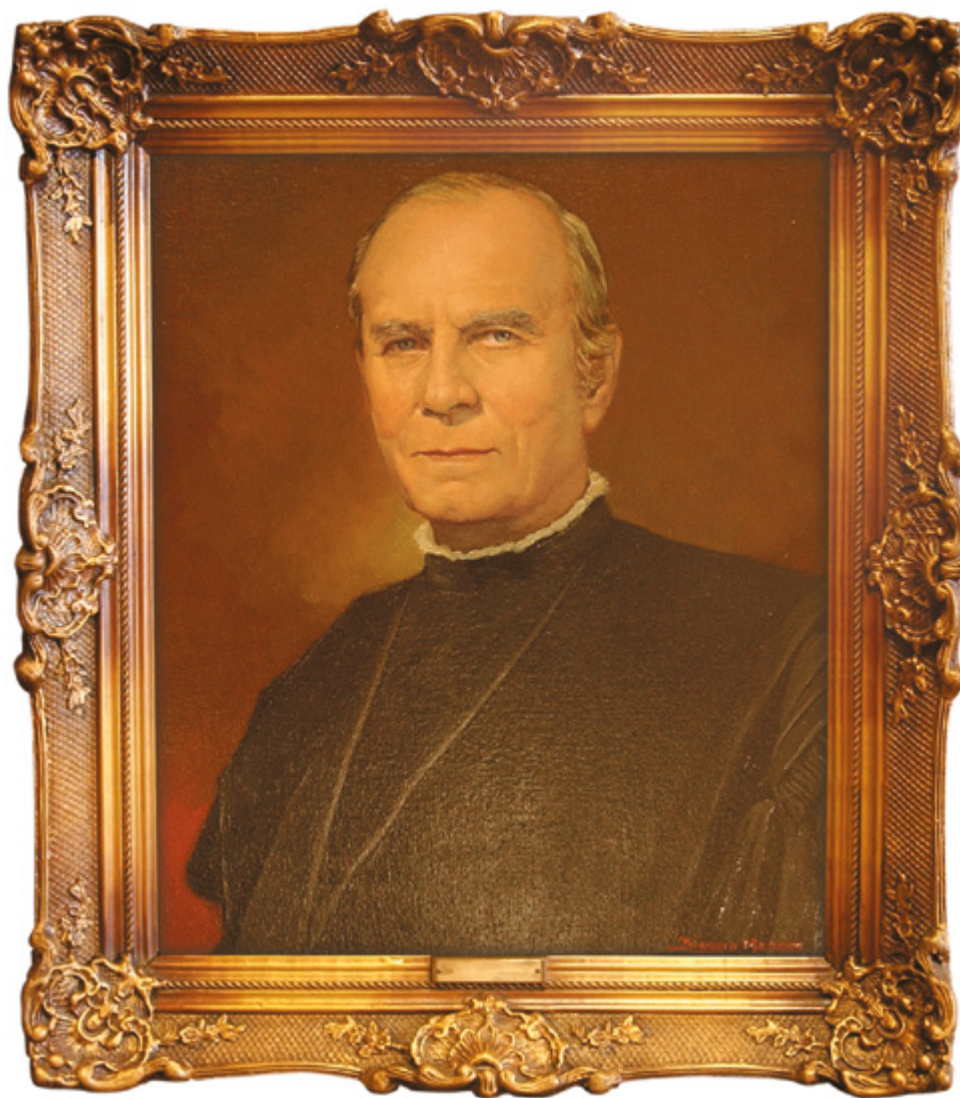
Como advogado, militou, por quatro anos, nos municípios de Paraibuna, São Sebastião e Porto Feliz, bem como na capital. Ingressou por concurso na magistratura em junho de 1949, inicialmente designado juiz substituto da 2ª Seção Judiciária do estado, com sede em Presidente Prudente, ato contínuo percorrendo, por força da carreira, as comarcas de Cruzeiro (1952), São Manuel (1954) e Marília (1955), até alcançar a capital para judicar na 1ª Vara Cível (1960).

Promovido para o hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil, em 1971, veio a vestir a toga de desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 1979. No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo exerceu a vice-presidência para, em seguida, assumir, a partir de 19 de junho de 1984, a posição de presidente e, nessa condição, comandar, em 1986, no âmbito do território do Estado, o processo de recadastramento eleitoral que resultou na formação de um banco unificado de dados de eleitores de todo o país, até então inédito. Finalizado esse procedimento em todo o território nacional em outubro daquele ano, presidiu ainda, um mês depois, as eleições para governador, senador (2 vagas) e deputados federal e estadual na unidade federada com o maior contingente de eleitores do Brasil.

“Juca Santana”, como era conhecido no mundo literário, publicou um livro de sonetos de sua autoria, em 1976, que levou o título de Reencontro, com prefácio do poeta Paulo Bomfim, membro da Academia Paulista de Letras.

Aposentado em março de 1987, seu falecimento ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1994.





LAERT DE OLIVEIRA ANDRADE

1987

Nascido na cidade de São Paulo a 2 de dezembro de 1917, Laert de Oliveira Andrade bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1939.

Após militar como advogado por quinze anos, decidiu direcionar sua formação jurídica para uma carreira pública, optando pela magistratura. Assim sendo, prestou concurso para ingresso no quadro de juízes estaduais em 1955 e, logrando aprovação, foi naquele mesmo ano designado juiz substituto. Iniciou sua judicatura na 8ª Seção Judiciária com sede na comarca de Casa Branca.

Já na condição de magistrado titular, foi designado, ainda no ano de 1955, para a comarca de Apiaí, de lá só saindo, mediante promoção, para a comarca de Birigui no ano de 1959. No ano seguinte, solicitou remoção para a comarca de Pinhal.

Em 1961, veio para a capital do estado como juiz de direito de terceira entrância, retornando, porém, para o interior, em 1965, a fim de assumir a 2ª Vara da Comarca de Franca.

Em 1969, de volta a São Paulo por conta de remoção por ele solicitada, assumiu a 2ª Vara de Feitos da Fazenda Estadual.

Em outubro de 1976, foi promovido para o hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, onde permaneceu até 1979, quando então lhe foi dada a toga de desembargador do Tribunal de Justiça.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, atuou como juiz efetivo entre 1974 e 1975, vindo a assumir sua presidência a partir de 9 de abril de 1987.

Aposentado em novembro de 1987, veio a falecer no dia 15 de abril de 2015.

LAIR DA SILVA LOUREIRO

1987 - 1990

Nascido na capital do estado de São Paulo a 18 de janeiro de 1927, Lair da Silva Loureiro formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1952.

Advogou entre 1953 e 1955 até que, aprovado em concurso, iniciou carreira na magistratura paulista, como juiz substituto, a princípio nomeado para a 3ª Seção Judiciária do Estado, com sede em Taubaté, em agosto de 1945.

Percorreu as comarcas de Guaiá (1955), São Joaquim da Barra (1959), Itanhaém (1961) e Caçapava (1963). Em março de 1966, veio promovido para a capital, para atuar, sucessivamente, nas 3ª e 4ª Varas Distritais então existentes.

Em final de 1972, foi elevado ao cargo de juiz do hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil e, em novembro de 1979, atingiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, tornando-se seu vice-presidente no biênio 1992/1993. Participou da comissão examinadora do 153º concurso de ingresso na carreira da magistratura e presidiu a que se formou para o 167º concurso.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, exerceu, em 1987, a vice-presidência e a corregedoria, e, de 10 de abril daquele ano até 6 de março de 1990, foi seu presidente.

Lecionou Direito Comercial na Universidade de Mogi das Cruzes de 1974 a 1982 e, em 1988, recebeu o título de “Professor Emérito”, outorgado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas.

É autor de inúmeras obras jurídicas, entre as quais, *Mandado de segurança e mandado de injunção* (Saraiva, 1996), *Ação direta de inconstitucionalidade* (Saraiva, 1996) e *A Constituição da República anotada* (Oliveira Mendes, 1998).

Entre as muitas homenagens recebidas ao longo de sua carreira, merecem especial atenção a “Medalha Anchieta” e o “Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo”, de outorga da Câmara Municipal paulistana, em 1986, e a comenda “Fraternité Monegasque”, oferecida, em 1992, pelo príncipe Rainier III de Mônaco.

Aposentou-se em dezembro de 1996. Faleceu em 26 de junho de 2021.





ALOYSIO ALVARES CRUZ

1990 - 1991

Nascido na capital do estado de São Paulo a 3 de junho de 1921, Aloysio Alvares Cruz formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1944.

Exerceu a atividade de advogado no período de 1945 a 1972, tendo sido ainda, nesse entretanto, procurador judicial do município de Itanhaém (1949), secretário de Assuntos Internos e Jurídicos de Santos (1964/1965), assessor jurídico do presidente da Câmara Municipal de Cubatão, consultor jurídico da Bolsa de Valores de Santos (1965/1972) e da Companhia de Energia Elétrica (1966/1972).

Pelo critério do “quinto constitucional”, classe “advogado”, foi nomeado juiz do hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil em dezembro de 1972 e, em novembro de 1979, guindado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em fins de 1987, foi eleito juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, cujas vice-presidência e corregedoria exerceu cumulativamente até março de 1990, quando, então, passou a presidi-lo.

Integrou diversas bancas examinadoras, como as de concurso de ingresso nas carreiras de procurador do Estado (1969), do Ministério Público do Estado (1970) e da magistratura paulista (1970 e 1987).

Em 1957, começou a lecionar Direito Comercial na Faculdade Católica de Direito de Santos. Publicou, na *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo*, vol. 109, o estudo “A transação, a conciliação e o acordo extrajudicial”.

Aposentado em 1991, veio a falecer no dia 2 de dezembro de 1999.

ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA

1991 - 1993

Paulista de Campinas, onde nasceu a 4 de dezembro de 1930, Antonio Carlos Alves Braga, após ter obtido o diploma de contabilista pela Escola Técnica do Comércio “Bento Quirino”, turma de 1950, tornou-se aluno da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, bacharelando-se na turma de 1957.

Já no ano seguinte, ingressou, por concurso, na magistratura paulista e encetou a carreira como juiz substituto na 8ª Seção Judiciária do Estado, com sede no município de Casa Branca, percorrendo, a seguir, as comarcas de Ubatuba (1960), Capivari (1963), Olímpia (1965) e Barretos (1966). Veio promovido para a capital, em 1967, a fim de ocupar a Vara Distrital de Itaquera, tendo sido removido sucessivamente para a 10ª Vara Cível, em 1968, e para a 1ª Vara da Fazenda Municipal, em 1969.

Em dezembro de 1976, foi nomeado juiz do hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal, tendo solicitado sua remoção para o Segundo Tribunal de Alçada Civil, também não mais existente. Dessa Corte tornou-se vice-presidente e, eleito para presidi-la no biênio de 1980/1981, teve seu mandato interrompido quando assumiu, em setembro de 1980, o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi corregedor-geral entre 1994 e 1995.

Atuou no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de início como juiz substituto, em 1989, efetivando-se no ano subsequente para exercer as funções de vice-presidente e corregedor e, de 1991 a 1993, a de presidente.

Lecionou Direito Civil na faculdade pela qual se formara e publicou, entre outros trabalhos, *A Bula Vox Clamantis*, resultado de sua participação no “Primo Convegno Nazionale di Studi Templari” (Roma, 1982), além de ter sido coautor do *Curso de deontologia da magistratura*, editado pela Saraiva.

Ocupava a posição de decano do Tribunal de Justiça quando faleceu, a 5 de março de 1999.





CARLOS ALBERTO ORTIZ

1993 - 1995

Nascido na cidade de Jaboticabal, interior paulista, a 10 de abril de 1932, Carlos Alberto Ortiz formou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na turma de 1957. Ao longo dos três primeiros anos do curso jurídico, exerceu a função de escriturário da Secretaria da Fazenda do Estado.

Pouco depois de sua formatura, logrou aprovação no concurso para ingresso na magistratura paulista, tendo sido inicialmente designado juiz substituto da 22ª Seção Judiciária do Estado com sede em Marília. Ato contínuo, transitou pelas comarcas de Apiaí (1959), Guaíra (1962) e Andradina (1963/1964), até chegar à capital como juiz distrital de Santo Amaro (1966).

Em outubro de 1975, foi promovido para o hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal, de onde se removeu para o também agora extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil, cuja vice-presidência veio a exercer durante alguns meses de 1980, até que, em setembro de 1980, foi elevado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Nessa Corte ocupou a quarta vice-presidência no biênio de 1996/1997.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, atuou como juiz substituto (1972 e 1989) e depois efetivo (1991), tornando-se seu vice-presidente e corregedor e assumindo, a partir de 31 de janeiro de 1993, a presidência.

Participou da comissão examinadora do 160º concurso para ingresso na magistratura e, em 1988, do Conselho Consultivo e de Programas da Escola Paulista de Magistratura.

Entre as homenagens que lhe foram tributadas, ressaltam-se a “Medalha Anchieta” e o “Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo”, outorgados pela Câmara Municipal em 8 de dezembro de 1986.

Em fevereiro de 1998, optou pela aposentadoria.

Faleceu no dia 4 de setembro de 2006.

MÁRCIO MARTINS BONILHA

1995

Natural de Jacarezinho, estado do Paraná, onde nasceu a 26 de fevereiro de 1933, Márcio Martins Bonilha obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1957.

Após a formatura, retornou a seu Estado natal e lá, logrando aprovação em concurso, encetou a carreira de promotor público até abril de 1961, quando novo êxito em certame para ingresso na magistratura paulista o levou a assumir o cargo de juiz substituto.

Percorreu as comarcas de Santa Branca (1962), Piracaia (1964), Batatais (1966), até atingir São Paulo (1967). Serviu como juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça entre 1968/1969, assumindo, ainda em 1969, a 3ª Vara da Fazenda Municipal.

Em 1979, foi promovido para o hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil e, em 1981, vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi corregedor, no biênio 1996/1997 e presidente, no biênio 2000/2001.

Integrou a comissão examinadora do 161º concurso na magistratura (1991) e ocupou a vice-diretoria e a diretoria da Escola Paulista da Magistratura em 1992 e 1999, respectivamente.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, chegou a atuar como juiz substituto e, em 1994, já na condição de titular, assumiu as funções de vice-presidente e corregedor daquela Corte, vindo a presidi-la de 8 de junho de 1995 a 21 de dezembro do mesmo ano.

É autor dos trabalhos *Aspectos constitucionais do processo penal* (1987) e *Contratos inominados – doutrina e jurisprudência* (1995), entre outros.

Aposentou-se em agosto de 2002.





NELSON FONSECA

1996 - 1997

Nascido na cidade de São Paulo a 18 de junho de 1929, Nelson Fonseca ingressou, em 1948, na Escola de Oficiais da Força Pública do Estado para, dois anos depois, ser declarando aspirante a oficial. Formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na turma de 1958.

Aprovado em concurso para ingresso na magistratura paulista, atuou inicialmente como juiz substituto na 17ª Seção Judiciária, sediada em Sorocaba, em setembro de 1960. Em seguida, transitou pelas comarcas de Santa Rosa do Viterbo (1961), Cravinhos (1963), Barueri (1964) e Votuporanga (1966), chegando a São Paulo em 1967. No ano seguinte, assumiu a Vara Distrital de Itaquera e, em 1970, passou pela Vara de Execuções Criminais.

Em 1979, foi guindado ao hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal e, em 1983, veio a ocupar o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça.

Integrou a comissão examinadora do 170º concurso para ingresso na magistratura, em 1998.

Na esfera do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desempenhou, em dezembro de 1994, as funções de juiz substituto, acabando por presidi-lo a partir de 6 de fevereiro de 1996. E foi sob sua presidência que se verificou, nas eleições municipais ocorridas naquele ano, a pioneira implantação do voto eletrônico, a princípio na capital e em mais de dez cidades de maior eleitorado do Estado (a propósito, nas eleições municipais de 2000 a urna eletrônica foi adotada na totalidade das cidades paulistas).

Lecionou Direito Penal no Curso de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e Direito Constitucional no Curso Superior de Polícia.

Foi aposentado em janeiro de 1999. Faleceu em 7 de maio de 2021.

DJALMA RUBENS LOFRANO

1997 - 1998

Nascido na cidade de Mirassol, interior paulista, a 7 de março de 1931, Djalma Rubens Lofrano cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, bacharelando-se na turma de 1953.

Tendo ingressado na magistratura paulista por concurso público, foi designado, em setembro de 1964, juiz substituto da 22ª Seção Judiciária do Estado, com sede em Barretos.

Em prosseguimento à sua atividade judicante, foi promovido para a comarca de José Bonifácio em 1966 para de lá sair no ano seguinte, quando nova designação o levou à comarca de Cajuru. Estava, desde 1968, na comarca de Olímpia até que, em 1973, sobreveio a oportunidade de sua promoção para a capital do Estado, a fim de atuar na 11ª Vara Criminal.

Elevado, em 1979, para o hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, solicitou e obteve, no mesmo ano, remoção para o Tribunal de Alçada Criminal, também não mais existente.

Em maio de 1983, acabou por vestir a toga do Tribunal de Justiça, vindo posteriormente a integrar o seu órgão especial e, entre 1998 e 1999, a exercer a sua 2ª vice-presidência.

Participou, como docente, de cursos de iniciação funcional na Escola Paulista da Magistratura, bem como coordenou cursos de aperfeiçoamento daquela instituição.

Entre 6 de fevereiro de 1996 e 19 de dezembro de 1997, exerceu a vice-presidência e a corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, para, logo depois, presidi-lo, interinamente, por curto período.

Aposentou-se em março de 2001.





NELSON SCHIESARI

1998 - 1999

Nascido na capital paulista a 19 de agosto de 1929, Nelson Schiesari bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1956. Militando na advocacia a partir de 1957, obteve sua nomeação, em 1963, para o cargo de procurador do Estado e nessa condição exerceu funções relevantes nas Secretarias dos Transportes e da Justiça do estado de São Paulo.

Em outubro de 1980, pelo critério do “quinto constitucional”, viu-se nomeado no cargo, destinado à classe de advogado, de juiz do hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal, cuja vice-presidência exerceu de março a agosto de 1985, quando foi chamado para vestir a toga de desembargador do Tribunal de Justiça. Anos mais tarde, participou como membro do órgão especial daquela Corte.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo de 2 de fevereiro de 1998 a 19 de agosto de 1999, quando foi alcançado pela aposentadoria compulsória. Por sua iniciativa, subscrita pelos demais membros do órgão colegiado da citada Corte, instituiu o Centro de Memória Eleitoral (CEMEL), tendo designado o acadêmico Paulo Bomfim como seu primeiro coordenador cultural.

Sua vida acadêmica, ainda em nível de bacharelado, foi pontuada com o prêmio “Professor Vicente Rao”, instituído pela Faculdade de Direito da USP e conferido ao aluno que obtivesse a maior média na matéria de Direito Civil. Especializou-se em Direito Administrativo (1968), bem como em Teoria Geral do Estado (1969), além de pós-graduar-se em Direito do Estado, obtendo o título de mestre (1974/1975), sempre pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Lecionou Direito Usual e Legislação Aplicada na Escola Técnica do Comércio “Dom Pedro II” (1968/1969), tornando-se posteriormente professor das Faculdades Metropolitanas Unidas, época em que lançou o livro *Direito Administrativo*, de caráter didático, editado pela Saraiva (3ª ed., 1980).

Faleceu em 10 de julho de 2015.

JÚLIO CÉSAR VISEU JÚNIOR

1999 - 2001

Nascido na capital do estado de São Paulo a 14 de fevereiro de 1935, Júlio César Viseu Júnior formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1957.

Após curto período de militância como advogado, ingressou, por concurso público, na magistratura paulista, tendo sido inicialmente designado juiz substituto na 21ª Circunscrição Judiciária, com sede em Bauru, em setembro de 1962, pouco depois removido por permuta para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede em Santos.

Transitou pelas comarcas de Iguape (1963), Apiaí (1966) e Itapeva (1967). Chegando a São Paulo, em 1967, para atuar como substituto, veio a assumir, em 1972, a 1ª Vara Distrital de São Miguel Paulista e, no ano seguinte, a 3ª Vara Cível do Foro Central.

Promovido para o hoje extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil em dezembro de 1979, lá permaneceu até alcançar o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, em maio de 1983.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, assumiu, a partir de fevereiro de 1998, as funções de vice-presidente e corregedor, vindo a presidi-lo de 20 de agosto de 1999 a 28 de dezembro de 2001.

Como docente, lecionou na Faculdade de Direito Padre Anchieta – Jundiaí (1969/1977), na Faculdade de Direito de Guarulhos (1979-1997), nas Faculdades Metropolitanas Unidas (1997) e Universidade de Santo Amaro (1997-1999).

Publicou o artigo “Venda a descendente e a jurisprudência” na *Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial* n. 58, 1991.

Aposentou-se em dezembro de 2004 e faleceu em 16 de dezembro de 2020.





JOSÉ MÁRIO ANTONIO CARDINALE

2001 - 2003

Nascido na cidade de São Paulo a 18 de junho de 1937, José Mário Antonio Cardinale formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1959.

Aprovado em concurso para ingresso na magistratura paulista, foi nomeado juiz substituto para a 13ª Circunscrição Judiciária do estado, com sede em Sorocaba, a partir de setembro de 1962. Na sequência, exerceu a judicatura nas comarcas de Eldorado (1964), Itapira (1966), Guaratinguetá (1967) e Santo André (1968). Veio para São Paulo em 1973, quando assumiu a 15ª Vara Cível da comarca da capital.

Guindado ao cargo de juiz do hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal em dezembro de 1979, alguns dias depois foi removido para o Segundo Tribunal de Alçada Civil, não mais existente, e lá permanecendo até vestir a toga de desembargador do Tribunal de Justiça, em 1º de junho de 1983.

Integrou a comissão de desembargadores com a incumbência de apresentar estudos, sugestões e propostas visando a criação, instalação e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (1996), bem como a comissão de organização judiciária do Tribunal de Justiça (1998). Foi ainda membro da comissão examinadora do 170º concurso para ingresso na magistratura.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, assumiu as funções de vice-presidente e corregedor a partir de janeiro de 2000, exercendo a sua presidência no biênio 2001/2003. De março a novembro de 2003, presidiu o colégio de presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

No Tribunal de Justiça, foi corregedor-geral da Justiça e presidente do Colégio Nacional de Corregedores-Gerais de Justiça.

Aposentou-se em 19 de junho de 2007, vindo a falecer em 25 de dezembro de 2012.

ALVARO LAZZARINI

2004 - 2006

Nascido na cidade de Jundiaí, interior paulista, a 7 de abril de 1936, Alvaro Lazzarini ingressou no curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, tornando-se aspirante a oficial em 1957. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na turma de 1962.

Logrando êxito em concurso para ingresso na magistratura paulista, foi designado, em 1965, juiz substituto para a 2ª Circunscrição Judiciária do estado, com sede em Santo André. No exercício da judicância, percorreu as comarcas de Santa Cruz das Palmeiras (1966), Itapira (1967) e Pirajuí (1969). Na capital a partir de outubro de 1969, assumiu, em 1973, a 22ª Vara Criminal e, em 1975, a 2ª Vara Cível.

Promovido, em dezembro de 1979, para o hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil, foi elevado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça em maio de 1983. Dessa Corte foi o terceiro vice-presidente, no biênio 1998/1999, e o primeiro vice-presidente, no biênio 2000/2001. Tornou-se membro de seu órgão especial em setembro de 1995. Participou também como membro titular da comissão examinadora do 167º concurso para ingresso na magistratura.

Em fevereiro de 2002, passou a exercer a vice-presidência e corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, tornando-se seu presidente a partir de 7 de fevereiro de 2004, com mandato de dois anos.

Foi professor de Direito Administrativo na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, no período de 1970 a 2001, e coordenou a mesma disciplina na Escola Paulista da Magistratura.

Publicou inúmeros trabalhos jurídicos, com destaque para as obras *Estudos de Direito Administrativo* e *Temas de Direito Administrativo*, ambas pela editora Revista dos Tribunais, respectivamente em 1999 (2ª ed.) e 2003 (2ª ed.).

Aposentou-se em 10 de abril de 2006, tendo falecido em 16 de fevereiro de 2014.





PAULO HENRIQUE BARBOSA PEREIRA

2006 - 2007

Natural da cidade de Taubaté, interior paulista, onde nasceu a 30 de janeiro de 1939, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1965.

No ano seguinte, prestou concurso para o Ministério Público do Estado de São Paulo e, uma vez aprovado, iniciou carreira, em 1967, na comarca de Bauru.

Exercendo a promotoria de justiça, sucessivamente, nas comarcas de Araraquara, São Bento do Sapucaí, Igarapava, Andradina e Osasco, foi promovido, em 1972, para a comarca de São Paulo.

Em 1982, assumiu o cargo de procurador da Justiça e, pelo critério do “quinto constitucional”, foi nomeado juiz do hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, em 1983.

Em setembro de 1989, vestiu, pelo critério de merecimento, a toga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Presidiu o primeiro concurso de Serventia Extrajudicial, realizado em 1991.

Além de haver integrado o órgão especial do Tribunal de Justiça, foi, concomitantemente, entre 2002 e 2005, membro efetivo da Comissão de Organização Judiciária e presidente da Comissão de Informática daquela Corte.

Em dezembro de 2005, passou a exercer a vice-presidência e a corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, vindo a presidi-lo de 8 de fevereiro de 2006 a 27 de novembro de 2007 (a propósito, seu pai, o desembargador Pedro Barbosa Pereira, também já havia sido vice-presidente e presidente desse Regional, sendo a presidência exercida no biênio 1970-1972).

Lecionou Direito Penal na Fundação Karnig Bazzarian, de Itapetininga, até 1973, na Fundação Instituto de Ensino de Osasco (FIEO), até 1976, e na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, até 1986.

Aposentou-se em 04 de agosto de 2008.

MARCO CÉSAR MÜLLER VALENTE

2007 - 2009

Nascido no município de Brusque, estado de Santa Catarina, a 1º de fevereiro de 1941, Marco César Müller Valente bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na turma de 1964.

Tendo ingressado na magistratura paulista em 1966, foi então designado juiz substituto para a 9ª Circunscrição Judiciária do Estado, com sede em Barretos. Já na condição de juiz titular, esteve nas comarcas de Miracatu (1967) e de Pereira Barreto (1968).

Chegando à comarca de São Paulo, em 1969, para atuar como juiz substituto, assumiu, em dezembro de 1976, a titularidade da 27ª Vara Cível do Foro Central, dela só saindo para tomar posse no cargo de juiz do hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, em 8 de março de 1983.

Veio a vestir, a partir de 18 de fevereiro de 1987, a toga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para cuja vice-presidência foi eleito em 2 de dezembro de 2009 (biênio 2010/2011).

Ainda no âmbito daquela corte, integrou a comissão especial de planejamento administrativo e banca examinadora de concurso de ingresso na magistratura.

No Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, assumiu, a partir de março de 2006, as funções de vice-presidente e corregedor regional, passando a presidi-lo de 28 de novembro de 2007 a 1º de dezembro de 2009.

Aposentou-se em 17 de janeiro de 2011.





WALTER DE ALMEIDA GUILHERME

2009 - 2011

Paulista da capital, nascido a 13 de fevereiro de 1945, Walter de Almeida Guilherme formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na turma de 1968. Iniciou carreira, em 1969, no Ministério Público paulista e lá ficou até 1989, quando foi nomeado, pelo critério do “quinto constitucional”, para o cargo de juiz do hoje extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, nele permanecendo até 1993.

De 1993 a 1997, foi juiz do também agora extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Em 1997, vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça paulista, vindo a compor a sua 3ª Câmara Criminal até fevereiro de 2005. Em 2004, assumiu um assento no Órgão Especial daquela Corte e, em 2007, passou a integrar a sua 15ª Câmara Criminal.

Para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo foi eleito juiz substituto, na classe “desembargador”, em dezembro de 2005, e nele tomou posse como juiz efetivo em novembro de 2007, assumindo as funções de vice-presidente e corregedor. Foi também presidente do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral no interregno de 2008 a 2010.

Assumiu a presidência da Corte Eleitoral em 10 de dezembro de 2009, concluindo seu mandato em 27 de novembro de 2011. Nessa condição, acumulou as funções de diretor da Escola Judiciária Eleitoral Paulista.

De novembro de 2010 a novembro de 2011, presidiu o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Tornou-se ainda membro da comissão designada pelo Senado Federal para elaborar anteprojeto do novo Código Eleitoral.

Em 9 de julho de 2011, foi agraciado com a “Medalha Constitucionalista” pela Sociedade Veteranos de 32 - MMDC.

É titular da Academia Paulista de Magistrados e, como docente, lecionou a matéria de direito constitucional em cursos preparatórios para ingresso nas carreiras jurídicas, bem como nas Faculdades de Jundiaí, Osasco e Mogi das Cruzes.

ALCEU PENTEADO NAVARRO

2011 - 2013

Nascido na cidade de Jaú, interior paulista, a 21 de agosto de 1944, Alceu Penteado Navarro bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, na turma de 1970.

Após haver exercido a advocacia por pouco mais de quatro anos, ingressou, por concurso público, na magistratura paulista em 1975, iniciando a carreira como juiz substituto pela 3ª Circunscrição Judiciária, sediada em Santo André.

Em 1978, da comarca de Cardoso, onde permaneceu por brevíssimo período, foi promovido para a antiga Vara Distrital de Taboão da Serra, logrando nova promoção no mesmo ano para a 4ª Vara Cível da comarca de Osasco. Em 1983, assumiu, em São Paulo, a então 4ª Vara Distrital do Tatuapé, passando para a 3ª Vara Cível daquele foro regional no ano seguinte.

Em 1990, tomou posse como juiz substituto em 2º grau da comarca da capital e promovido por merecimento, em 1991, para o hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal, foi seu vice-presidente (1999) e presidente (2000).

Elevado ao cargo de desembargador do Tribunal da Justiça em março de 2005, passou a integrar a 9ª Câmara de sua Seção Criminal. Eleito, em 2006, e reeleito, em 2008, para ocupar um assento no Órgão Especial da referida Corte, atuou ainda como orientador e expositor em cursos de iniciação funcional promovidos pela Escola Paulista da Magistratura.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, inicialmente na classe “juiz de direito”, foi juiz substituto (1984-1987) e efetivo (1987-1990) e depois, na classe “desembargador”, juiz substituto (2008-2009). Já como juiz efetivo, elegeu-se, em 10 de dezembro de 2009, vice-presidente da Corte e corregedor regional eleitoral. Assumiu a presidência do Tribunal em 8 de dezembro de 2011, encerrando seu mandato em 9 de dezembro de 2013.

Aposentou-se em julho de 2014.





ANTÔNIO CARLOS MATHIAS COLTRO

2013 - 2015

Natural da cidade de São Paulo, onde nasceu em 26 de setembro de 1953, Antônio Carlos Mathias Coltro formou-se pela Faculdade de Direito “Lauro de Camargo”, de Ribeirão Preto, na turma de 1976.

Tendo ingressado na magistratura paulista em 1978, foi, na ocasião, designado juiz substituto para a 40ª Circunscrição Judiciária, com sede em Ribeirão Preto. Na sequência, exerceu a judicatura nas comarcas de Jardinópolis (1979) e Rancharia (1980).

Promovido, em 1982, para o cargo de juiz auxiliar da comarca da capital, assumiu, em 1987, a 4ª Vara Cível do foro regional de Santo Amaro, removendo-se, após, para a 17ª Vara Cível do foro central.

Em 1992, guindado ao cargo de juiz de direito substituto em 2º grau da comarca da capital, foi nomeado, em 1995, pelo critério de merecimento, para o hoje extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, do qual se tornaria, tempos depois, vice-presidente.

Em 3 de fevereiro de 2005 vestiu a toga de desembargador do Tribunal de Justiça, elegendo-se membro de seu Órgão Especial, em 2008, até 2010.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sua primeira passagem deu-se como juiz substituto e efetivo de seu Plenário, na classe “juiz de direito”, entre 1990 e 1992, retornando a essa corte, já na classe “desembargador”, para exercer as funções de substituto, vice-presidente e corregedor no interregno 2012/2013. Presidiu o Colégio de Corregedores Regionais Eleitorais no período de dezembro de 2012 a novembro de 2013.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 14 de fevereiro de 2014 para o biênio que se estendeu até o final de 2015. No mesmo período, dirigiu a Escola Judiciária Eleitoral Paulista – EJEPE e, entre janeiro e dezembro de 2015, também presidiu o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. É mestre em direito civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e membro da Academia Paulista de Direito e da Academia Paulista de Magistrados, com inúmeros trabalhos publicados nas áreas de direito civil, processo civil, penal, processo penal e constitucional.

Faleceu em 7 de agosto de 2023.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

2015 - 2017

Nascido em Ourinhos-SP, a 27 de maio de 1953, Mário Devienne Ferraz bacharelou-se em 1977 pela Faculdade Católica de Direito de Santos. É pós-graduado em nível de Especialização em Direito Processual Penal pela PUC-SP.

Em 1979 ingressou por concurso público na magistratura paulista como Juiz Substituto, atuando nas Comarcas de Mauá e São Caetano do Sul.

Foi Juiz de Direito nas Comarcas de Santa Rosa do Viterbo (1981), Mogi Mirim (1982) e na Capital (1982/1993), inicialmente como Auxiliar no Foro Criminal Central e depois como Titular da Vara de Menores do Foro Regional de São Miguel Paulista, da 11ª e da 28ª Vara Criminal Central e 2ª Vara da Família e Sucessões Central. Foi Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de 1990 a 1993 e Juiz Substituto em 2º Grau. Em 1996 foi promovido para o Tribunal de Alçada Criminal.

Em 2005 tomou posse como desembargador do Tribunal de Justiça e por dois biênios foi eleito membro do Órgão Especial e, nessa condição, no final de 2011 completou mandato e ocupou o cargo de Corregedor-Geral da Justiça.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo atuou como Juiz Suplente (2010/2013). Como Juiz Efetivo foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral (2014/2015) e Presidente da Corte (2015/2017). Presidiu o Colégio de Corregedores Regionais Eleitorais e o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dirigiu a Escola Judiciária Eleitoral Paulista e integrou o Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais. Foi conselheiro da Escola Paulista da Magistratura, da qual é professor dos cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral. Nomeado Secretário da Secretaria para Justiça Eleitoral da Associação dos Magistrados Brasileiros (2016).

Recebeu inúmeras condecorações, destacando-se: “Colar do Mérito Judiciário” do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar e do Tribunal Regional Eleitoral, todos de São Paulo, “Comenda do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral - Medalha Assis Brasil”, no grau Grande Oficial, “Medalha Célio Silva”, do Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral Brasileira e “Medalha Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto”, do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.





CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN

2017 - 2019

Paulista da capital, nascido a 16 de janeiro de 1949, Carlos Eduardo Cauduro Padin formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, na turma de 1969. Até 1981, exerceu a advocacia civil e comercial, quando, por concurso público, ingressou na Magistratura do Estado de São Paulo. Após haver exercido a judicatura nas comarcas de Martinópolis e Porto Feliz, foi nomeado, em 1984, juiz da 5ª Vara Cível de São Bernardo do Campo. Em 1991, assumiu a 35ª Vara Cível Central da comarca da capital, dela somente saindo, em 1996, para atuar como juiz substituto em 2º grau na 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, exercendo ainda, entre 1998 e 1999, as funções de juiz-assessor da Corregedoria-Geral da Justiça paulista. Nomeado, em 2004, para o então Primeiro Tribunal de Alçada Civil, no ano seguinte já vestia a toga de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, tornando-se membro do seu órgão especial no período 2010-2014.

Com uma das mais longevas trajetórias na história da Justiça Eleitoral paulista, assumiu a função de juiz assessor da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo entre 2000 e 2002, para, no biênio seguinte, ser elevado a juiz suplente e depois efetivo de seu Plenário. Já no cargo de desembargador, retornou, em 2010, ao Tribunal Regional Eleitoral paulista, tendo sido eleito seu vice-presidente e corregedor regional eleitoral para 2016 e 2017, e passando a presidi-lo no biênio 2017-2019.

Na carreira acadêmica, foi admitido como docente, em 1986, na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, onde lecionou a matéria de Direito Internacional Privado, sendo, a partir de 1991, titular da cadeira de Direito Comercial. Na área do Direito Eleitoral, tem atuação marcante como palestrante em instituições públicas e privadas.

Das muitas condecorações recebidas, destacam-se: o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo; o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, e, outorgadas em 9 de julho de 2019, data magna do Estado de São Paulo, as Medalhas Constitucionalista e Constituinte.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR

2019 - 2021

Nascido na cidade de São Paulo, a 1º de setembro de 1958, Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior formou-se, em 1980, na Faculdade de Direito de Santos

Tendo ingressado na magistratura paulista em 1983, percorreu, no exercício da judicância, as comarcas de Presidente Prudente, Jaboticabal, Cananéia, Pereira Barreto e Guarulhos, bem como a comarca da capital.

Em 1999, tomou posse como juiz substituto de 2ª instância e, em 2009, foi alçado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, integrou o seu Plenário, na classe “juiz de direito”, entre 2004 e 2009. Retornou a essa Corte, em 2014, já como desembargador, para atuar como juiz substituto e, no biênio 2018-2019, assumiu, na condição de juiz efetivo, as funções de vice-presidente e corregedor regional, vindo a presidir, no mesmo período, o Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil. Foi eleito presidente do Tribunal para o biênio 2019-2021, época em que também presidiu o Colégio de Dirigentes de Escolas Eleitorais do Brasil.

Desde 1988, é professor da Academia de Polícia Militar do Estado de São Paulo, no curso de ciências policiais.

Das diversas homenagens recebidas, salientam-se: o “Colar do Mérito Eleitoral Paulista” do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; o “Colar do Mérito Judiciário” do Tribunal de Justiça de São Paulo; o “Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista” do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; a “Medalha do Pacificador” do Exército Brasileiro; a “Medalha Brigadeiro Tobias” da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e o “Diploma de Honra ao Mérito” da Câmara Municipal de Taquaritinga (Estado de São Paulo).





PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA

2022 - 2023

Paulistano nascido em 18 de janeiro de 1961, Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1983.

Ingressando na magistratura paulista por concurso público em 1985, iniciou carreira na comarca de Piracicaba, julgando, sucessivamente, nas comarcas de Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté. Na capital, atuou nos foros regionais de Itaquera e Pinheiros. Em 2009, passou a exercer o cargo de juiz substituto de segundo grau do Tribunal de Justiça de São Paulo, vestindo a toga de desembargador a partir de 2013.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, exerceu a função de juiz substituto (classe “juiz de direito” e, depois, classe “desembargador”), tornando-se vice-presidente e corregedor regional eleitoral no biênio 2020/2021. Foi eleito presidente da corte eleitoral paulista para o biênio 2022/2023. Por sua iniciativa foi inaugurado, em 14 de dezembro de 2023, o Espaço Democrático Poeta Paulo Bomfim, no edifício-sede do tribunal.

Como docente, lecionou na Faculdade de Direito da Universidade de Taubaté, na Escola Paulista da Magistratura e na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo.

Entre as condecorações recebidas pelo desembargador Paulo Galizia está a Medalha Constitucionalista, que lhe foi outorgada em 9 de julho de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

